

ETNICIDADE: UMA LUTA EM BUSCA DA AFIRMAÇÃO**ETHNICITY: A STRUGGLE IN SEARCH OF AFFIRMATION****ETNICIDAD: UNA LUCHA EN BÚSQUEDA DE LA AFIRMACIÓN**

10.56238/revgeov16n5-245

Antônio Cardoso da Silva

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: Must University

E-mail: cardoso1963cardoso@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca analisar a produção dos pesquisadores sobre o tema etnicidade, especificamente no Brasil e em língua portuguesa, no período de 2001 a 2016. A metodologia adotada foi consulta ao portal de periódicos da Capes/MEC. A escolha do tema foi uma decisão de livre escolha, uma vez que, o professor Dr. Estevão Rafael Fernandes, concedeu autonomia para a escolha do tema. Ao acessar o portal, optei pela busca por assunto. Quando inserir a palavra etnicidade, o portal recuperou e disponibilizou 166 artigos relacionados ao tema, escrito em inglês e espanhol, dos quais 101 revisados por pares. Optei apenas pelos artigos escritos em língua portuguesa. Como critério de seleção, selecionei os artigos de maior relevância, ou seja, os mais acessados, nessa temática. Após esse refinamento, o resultado ficou reduzido a 10 artigos e foi com apenas estes 10 artigos, compor-se-ão a base deste trabalho.

Palavras-chave: Etnicidade. Lutas. Grupos Étnicos e Afirmação.**ABSTRACT**

This article aims to analyze the production of researchers on the theme of ethnicity, specifically in Brazil and in Portuguese, from 2001 to 2016. The methodology adopted was consultation of the Capes/MEC periodicals portal. The choice of the theme was a free decision, since Professor Dr. Estevão Rafael Fernandes granted autonomy for the choice of the topic. Upon accessing the portal, I opted for a subject search. When entering the word "ethnicity," the portal retrieved and made available 166 articles related to the theme, written in English and Spanish, of which 101 were peer-reviewed. I opted only for articles written in Portuguese. As a selection criterion, I selected the most relevant articles, that is, the most accessed, on this theme. After this refinement, the result was reduced to 10 articles, and it is with only these 10 articles that this work will be composed.

Keywords: Ethnicity. Struggles. Ethnic Groups and Affirmation.**RESUMEN**

Este artículo busca analizar la producción de investigadores sobre el tema de la etnicidad, específicamente en Brasil y en portugués, entre 2001 y 2016. La metodología adoptada fue la consulta del portal de publicaciones periódicas Capes/MEC. La elección del tema fue libre, ya que el profesor Dr. Estevão Rafael Fernandes otorgó autonomía para la elección. Al acceder al portal, opté por una



búsqueda temática. Al introducir la palabra "etnicidad", el portal recuperó y puso a disposición 166 artículos relacionados con el tema, escritos en inglés y español, de los cuales 101 fueron revisados por pares. Opté únicamente por artículos escritos en portugués. Como criterio de selección, seleccioné los artículos más relevantes, es decir, los más consultados, sobre este tema. Tras este refinamiento, el resultado se redujo a 10 artículos, y es con estos 10 artículos que se compone este trabajo.

Palabras clave: Etnicidad. Luchas. Grupos Étnicos y Afirmación.



1 INTRODUÇÃO

As questões de exploração que envolve os interesses entre os dominados, e os dominantes ou se preferirmos no pensamento de Antonio Gramsci (2012), “governados e governantes” (Gramsci, 2012, p.11). Tais questões, não são uma vaga constatação, mas sim imaginação social. Ela tem os seus fundamentos, no processo de colonização, que desenvolvido, tanto na América Latina, quanto no Brasil. Foi um pesado “jugo” em que a exploração e exclusão social, os incapacitaram a tal ponto, que Darcy Ribeiro (1983), ao constatar o estado de “penúria” desses “dominados” demonstrou descrença na capacidade de reação ou superação de tais grupos, quando assim afirma: “Vivendo sob tamanho jugo, esses milhões de latino-americanos não atingem graus mínimos de consciência para o exercício do papel de cidadãos ou para rebelião contra o sistema” (Ribeiro, 1983, p. 114). Ante o pesado jugo, o autor se rende ao método empregado pelo grupo dominante quando afirma que em tais condições “não atingem graus mínimos de consciência para o exercício do papel de cidadãos”, assim o autor nega a capacidade humana de criar sua condição de sobrepor as adversidades sociais. E é nesse contexto que um instrumento político irá nascer visando mitigar o sofrimento dos grupos étnicos - a etnicidade, sob o qual este trabalho será desenvolvido.

O tema Etnicidade, não é algo novo, nem tampouco no sentido linguístico um *neo logismo*, como pode parecer. Também não é uma palavra que tenha surgido sem o devido comprometimento social. Ela já conta com mais de quatro décadas de existências e tem ocupado os espaços acadêmicos nas Ciências Sociais, desde décadas de 1970 (Luvizotto, 2009), nas últimas décadas, ao que parece está atraindo cada vez mais, o interesse de Sociólogos, Antropólogos e Cientistas Políticos, os quais têm saído do macro para o micro espaços, ou “microssociologia” (Jean Duvignaud, 1968). Diz ele: “E é a partir desses pequenos grupos que a divulgação das matrizes criativas pode se desenvolver” (Duvignaud, 1986, p.343). São esses pequenos grupos, ou segundo esse pensador, “escalas quase microscópica em nasceu a maior parte dos pensamentos de criação que conhecemos” (*ibidem*). Assim, surgem os interesses pelos grupos, os quais têm constituído lutas intensas em busca do reconhecimento de sua identidade, enquanto tal.

Mas o que é Etnicidade? O conceito Antropológico afirma ser: “Condição ou consciência de pertencer a um grupo étnico”. E mais, é o: “Grau de conformidade dos membros de uma coletividade aos padrões culturais do seu grupo¹”. No dicionário online da língua Portuguesa² a Definição: “Etnicidade é o conjunto de características comuns a um grupo de pessoas, que as diferenciem de outro grupo”. E, “Normalmente essas características incluem a língua, a cultura e também a noção de uma origem comum”. De acordo com Marcos Flávio Portela Veras & Vanderli Guimarães de Brito (2012), a etnicidade pode ser pensada como “um instrumento político”. A “etnicidade não é uma condição

¹<https://www.google.com.br/search?q=etnicidade+antropologia&oq=etnicidade&aqs=chrome.5.69i57j0l5.7981j0j7&sourc eid=chrome&ie=UTF-8#q=etnicidade>, acesso em 11/04/2017.

²Fonte: <http://dicionarioportugues.org/pt/etnicidade>, acesso em 11/04/2017.



estável senão uma relação negociada entre um grupo e outros, entre estes grupos e o Estado” (De Brito & Veras, 2012, p.8, apud Maybury-Lewis).

Em relação ao tema, Brito & Veras (2012) lembram o entendimento de Manuela Carneiro da Cunha (2009), a qual afirma ser um processo político e cultural, segundo a autora: “pensa a etnicidade em situação e como uma forma de organização política, o que tem levado a considerar a cultura como algo constantemente reelaborado e a afirmação étnica como uma importante forma de protesto político” (*ibidem*, p.12, apud Cunha, 2009). Caroline Kraus Luvizotto (2009) aponta que existem dificuldades para a definição de etnicidade, segundo ela: “Os conceitos de grupo étnico, identidade étnica, e etnicidade têm uma complexa trajetória teórica nas Ciencias Sociais” (Luvizotto, 2009, p.30). Ao refletir sobre o mesmo tema Diego Villar (2004), assim afirma: ”a etnicidade é um processo ancorado em condições históricas concretas” (Villar, 2004, p.10).

Assim teorias aqui elencadas apontam para uma relação de conflitos em busca de sua afirmação, que se instalou na sociedade dominante, e nesse caso, a sociedade brasileira. E essa relação pode ser percebida em diversas regiões do país, quando os pequenos grupos, apresentaram suas reivindicações, invocando seus vínculos culturais e sua origem, religião e mesmo sua condição de indivíduo, como parte de um processo histórico, como ser habitante de determinada comunidade ou ser “fundador” de um bairro, a exemplo do “Porto de trás” na cidade de Itacaré - BA (Couto, 2011), assim, como no Sul do país as “celebrações coletivas”, festivas do “Centenário da Colonização de Criciúma, SC” (Campos, 2013).

Emerson César Campos (2013), quando estuda as comemorações do Centenário da Colonização de Criciúma - SC, assim afirma: “Existem muitas festas, nacionalmente conhecidas, desde o Sul do Brasil, que celebram motivações primeiras, como etnicidade e lugares de memória” (Campos, 2013, p.152). Nesse sentido as festas têm por finalidade reconhecer um feito extraordinário ou histórico, em um contexto: simbólico, político, econômico e social. No Sul do país, especificamente, em Criciúma, a festa “foi criada com intenção de homenagear as etnias, colonizadora de Criciúma, tais como: a italiana, a polonesa, a alemã, a negra e a portuguesa”, nessa ordem, segundo o autor. Nos anos 80, novo evento criaria um “calendário”, diz ele: “Uma data a mais no calendário, mas que encerrava uma série de preparativos e discursos, diálogos, acordos, emoções” (*Ibidem*). A etnicidade, enquanto tal e qual pode representar um lugar de pertencimento e de reconhecimento de si mesmo.

Na inauguração do monumento do imigrante, os habitantes se reconhecem quando expressam: “o monumento representa cada uma das cinco e, mais ainda, pela ordem presencial: italianos, alemães, poloneses, portugueses, negros” (*ibidem*, p.158). Aqui ordem de chegada dos imigrantes, foi invertida, segundo o autor, para incluir outras etnias, anteriormente ignoradas. Outro sentimento fortemente interiorizado é influenciado pela religião. “Em 1918, realiza-se, em Criciúma, Santa Catarina, a primeira festa de Santa Bárbara, em 1932, se iniciam as festas de São José”. A etnicidade atualmente,



não deve acontecer de forma isolada, segundo o autor, “a etnicidade”, diz ele: “ela está também conectada a uma concepção global” (*ibidem*, p.166). Com estas constatações teóricas, encerra-se a parte introdutória, deste trabalho. E a partir desde momento trato da metodologia adotada, bem como o objetivo, a ser alcançado.

2 ABORDAGEM TEÓRICA METODOLÓGICA

Ao pensar este trabalho, desejo conhecer o que se produziu na ultima década e meia, deste século, voltado ao tema etnicidade. Assim, fiz uma consulta, por assunto no Portal da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal superior da Capes Periódico, ao inserir a palavra “etnicidade”, obtive como resultado 166 artigos, escritos em idiomas: inglês, espanhol e português, dos quais 101 revisados por pares.

Decidi refinar os quantitativos e selecionei o nosso idioma, no nosso caso a língua portuguesa, refinei o espaço temporal de 2001 a 2016, optei ainda, em procurar os artigos de maior relevância, ou seja, os mais acessados, com essa metodologia, o resultado foi reduzido a 10 artigos, os quais discutem especificamente a etnicidade, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Os textos de Antonio Gramsci (2012), Darcy Ribeiro (1983), *Marcos Flávio Portela Veras & Vanderli. Guimarães de Brito (2012)*, Diego Villar (2004) e Caroline Kraus Luvizotto (2009), e mais os 10 artigos pesquisados, compor-se-ão este artigo, cuja o tema é etnicidade.

O objetivo é conhecer o que a etnicidade tem possibilitado nos últimos quinze anos, aos grupos étnicos em termos de lutas e conquistas sociais e o consequente reconhecimento de sua identidade. O trabalho está estruturado em quatro partes: na primeira, é a introdução ao tema; na segunda, trato da abordagem teórico-metodológica; na terceira, apresento o resultado da pesquisa e na quarta, faço as considerações finais.

A etnicidade, atualmente como já foi dito linhas acima é “um instrumento político”. Os textos a seguir revelam os momentos de lutas que os grupos minoritários, estiveram e estão envolvidos em busca do reconhecimento de suas identidades e conquistas. Emerson Campos (2013), em seu texto, *Comemorações num (in) certo eldorado: etnicidade e festas no sul do Brasil (1980 -2002)*; Valdir Pires, Everton Santos e Margarete Fagundes Nunes (2011); *Política, religião e etnicidade: relações e deslocamentos de fronteiras*; Lucia Helena Guerra (2011), *Memória e etnicidade no Quilombo Ilê Axé Oyá Meguê*; Patrícia de Araújo Brandão Couto (2011), *Porto de trás: etnicidade, turismo e patrimonialização*; Maria Regina Celestino de Almeida e Vânia Maria Losada Moreira (2012), *Índios, Moradores e Câmaras Municipais: etnicidade e conflitos agrários no Rio de Janeiro e no Espírito Santo (séculos XVIII e XIX)*; Gláucia de Oliveira Assis (2011), *De Gonzaga para Londres: etnicidade e preconceito na história de Jean Charles de Menezes*; José Alberto Simões (2013), *Entre percursos e discursos indenitários: etnicidade, classe e gênero na cultura hip-hop*; Ari Pedro Oro (2011) e Sergio



Brissac (2012) em trabalho semelhante apresentam *CAPONE, Estefânia (2011), Os Yorubá do Novo Mundo: religião, etnicidade e nacionalismo negro nos Estados Unidos*. De acordo com os autores elencados, percebe-se que a etnicidade, transita em várias áreas, envolvendo os conflitos agrários, a religião a política, os lugares e memórias. Por ultimo, a Antropóloga Regina Weber (2010), em entrevista ao historiador professor Mozart Linhares da Silva, em as “lideranças étnicas negras”, afirma, quando diz. “Os grupos imigrantes também deram origem a lideranças étnicas, algumas de cunho mais empresarial ou político e outras em entidades associativas” (Weber, 2010, p. -276- 277). Um país colonizado, por diversas etnias, como é o caso brasileiro, em tese não devia ter dificuldade de compreender os processos que envolvem as relações étnicas.

Mas como se vê, ocorre o posto do esperado. E qual a explicação de tal oposição? A Antropóloga, ao afirmar e assim diz: “Um país capitalista com uma elite que não se vê como responsável pela miséria da população tende a perpetuar desigualdades e injustiças sociais” (ibidem, p.276). Sob essa perspectiva Almeida e Moreira (2012) enfatizam quando afirmam: “Não obstante, diferenças significativas marcaram as distâncias locais de desenvolvimento socioeconômico e político das suas áreas” (Almeida e Moreira, 2012, p. 2).

A luta para encurtar tais distâncias se revelam no processo desenvolvido pelo imigrante europeus na cidade de Criciúma, SC, que reivindicaram o seu reconhecimento, via “movimentos sociais, sindicatos, organização de bairro, imprensa e empresariado local, Criciúma deixou de ser divulgada como a Capital Brasileira do Carvão” (Campos, 2012, p.150).

No mesmo sentido de pertencimento, o movimento de lutas dos moradores do “Porto de trás” revela uma consciência coletiva e cultivada. Segundo (Couto, 2012), “uma identidade cultivada e propiciada pela construção de referenciais étnicos amparados nas relações de pertencimento, exclusão, segregação e interação” (Couto, 2102, p.26).

Assim, ao encurtas as distâncias sociais em que se encontram os grupos étnicos é que se criou o conceito de identidade. Essa identidade tem como objetivo estabelecer os limites. Luvizotto (2009), afirma: “A identidade étnica é utilizada como forma de estabelecer os limites do grupo e de reforçar sua solidariedade”. De novo, a autora: “Os traços culturais de demarcam os limites do grupo podem mudar, e a cultura pode ser objeto de transformações, sem que isso implique o esvaziamento da solidariedade étnica” (Luvizotto, 2009, p. 31). As teorias aqui elencadas sugerem que se faz necessário um reconhecimento de seu estado de pertencimento, e a partir de estabelecer os limites. Mas que tipos de limites a autora se refere? É possível inferir que se trata de um limite de exclusão socialmente tolerável, como por exemplo, assegurar o seu direto de permanência em um determinado local, ainda que para isso seja, obrigado enfrentar a resistência e perseguições dos grupos dominantes.



3 O RESULTADO DA PESQUISA

Os autores revelam que a etnicidade transita em variados contextos, dentre eles, o econômico, político e religioso. Quando buscam o seu reconhecimento por terem desenvolvido um trabalho de significativo impacto e visibilidade social. Nesse contexto o trabalho dos pesquisadores Campos (2013), Couto (2011), Almeida e Moreira (2012), Guerra (2011), Pedde, Nunes e Santos (2011), Regina Weber (2010), Simões (2013), Capone (2012), Oro (2011) e Assis (2011), eles analisam, os mais variados contextos: econômicos, políticos e sociais. Todos, em regiões e contextos diferentes e lugares, quando em geral todos foram exitosos, em suas reivindicações.

- I. “Nos três séculos de colonização, diferentes grupos indígenas transformaram-se e misturaram-se, construindo novas formas de identificação que tinham forte referencial nas aldeias em que viviam” (Almeida e Moreira, 2012, p.6-7);
- II. “Os índios contribuíram para retardar o processo de extinção de suas aldeias, frustrando as expectativas de diferentes setores sociais” (*ibidem*, p.21);
- III. “É instigante constatar que os índios tupiniquins do Espírito Santo estão localizados no mesmo local, onde, no final do século XVI, foi fundada a aldeia de Santo Inácio dos Reis Magos” (*ibidem*);
- IV. “As comemorações alusivas ao centenário da colonização europeia no Sul do Brasil e os processo de etnicização engendrados na região”;
- V. “Época do eldorado catarinense”, quando surgem “empresas carboníferas” (Campos, 2013, p. 150-151);
- VI. “Fica claro a intenção de instituir e solidificar uma ideia de cidade que mesmo expressando o movimento citado, guardaria as raízes” “italianos, alemães, poloneses, portugueses e negros” (*ibidem*, p.158);
- VII. “A etnicidade hoje tem uma dimensão que se articula não somente com a de uma comunidade mais caracterizada, ou local ou mesmo daquela politicamente imaginada” (*ibidem*, p.166);
- VIII. “O recente processo de patrimonialização cultural do bairro do Porto de trás, uma comunidade étnica de afrodescendentes”;
- IX. “Habitado, essencialmente, por pescadores e ribeirinhos, muitos deles de origem indígena ou filhos e netos de escravos, oriundos tantos dos quilombos e mocambos regionais” (Couto, 2011, p.20 – 23);
- X. “A etnicidade, aqui compreendida como consciência política da diferença, lhes proporcionou, uma etnicidade construída sob os alicerces do patrimônio cultural acumulado pelo capital simbólico desta coletividade” (*ibidem*, p.29);



- XI. “Os processos de extinção de aldeias e terras coletivas indígenas no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, de meados dos séculos XVIII ao XIX”. “O objetivo da lei era a assimilação, alcançá-la exigia diferentes procedimentos” (Almeida e Moreira, 2012, p. 1);
- XII. “A grande mudança, a meu ver, foi o incentivo à miscigenação e à presença de não índios no interior das aldeias, com medidas necessárias para promover a assimilação” (*ibidem*, p.2-8);
- XIII. “Um discurso humanitário de integrar os índios em igualdade de condições transformando-os em cidadãos”;
- XIV. “Idealizavam os índios do passado, enquanto viam seus contemporâneos como degradados”;
- XV. “Incentivam a proposta assimilacionista e continuavam garantindo o direito dos índios às terras coletivas enquanto eles não atingissem o chamado estado de civilização” (*ibidem*, p.11-12);
- XVI. “As dinâmicas empregadas pelos integrantes do Terreiro Santa Bárbara, localizado na cidade de Olinda, PE” (Guerra, 2011, p.284);
- XVII. “Associação dos Amigos do Arquivo Público Estadual João Emerenciana - AAP”;
- XVIII. “Dentro deste processo de inclusão dos negros e de reparações por parte do Governo Federal, a comunidade Xambá foi reconhecida em 2006 como quilombo, o título foi reconhecido pela Fundação Palmares” (*ibidem*, p.288);
- XIX. Nunes, Pedde e Santos (2011), “Interpretação de uma história de vida, na inter-relação da política, da religião e da etnicidade” (Nunes, Pedde e Santos, 2011, p.277);
- XX. “Ao refletir sobre suas histórias de vida e narrá-las, criam significações para suas ações e seus imaginários” (Assis, 2011, p.177);
- XXI. “A migração contemporânea tem colocado questões significativas para a cidadania no mundo globalizado, os imigrantes indocumentados a circulação é vigiada e tratada cada vez mais como uma questão de segurança nacional” (*ibidem*, p. 184);
- XXII. “Etnicidade, classe e gênero na cultura hip-hop. A história mais comum, e habitualmente aceita, acerca da cultura hip-hop, associa exclusão social dos grandes centros urbanos norte-americanos jovens do gênero masculinos e feminino” (Simões, 2013, p. 109);
- XXIII. “A cultura hip-hop assume-se historicamente como uma manifestação cultural alternativa das comunidades negras e latina norte-americana que vivem em situação de exclusão social e marginalização econômica” (*ibidem*. p.124);
- XXIV. “Religião, etnicidade e nacionalismo negro nos estados Unidos”, “a criação de um território independente para os negros dentro dos Estados Unidos” Capone (2011);
- XXV. “O movimento cultural de exaltação da negritude e afirmação de orgulho racial na literatura, na poesia, no teatro, na música e na dança afro-american” (Brissac, 2012, p.596);



- XXVI. “Sobre o desdobramento desse papel nas políticas de ação afirmativa no país”, “a raça enquanto construção social é um instrumento de intervenção que possibilita a clareza entre os campos de conflitos” (Weber, 2010.p.274);
- XXVII. “Os grupos migrantes também deram origem a lideranças étnicas, algumas de cunho, bastante presente no Rio Grande do Sul, teve precedentes nos países platinos” (*ibidem*, p.277);
- XXVIII. “Violento processo de conquistas com guerras, doenças fomes, escravização e desestruturações de suas sociedades, os aldeamentos forma vistos por muitos índios como novas possibilidades de sobrevivência na colônia” (Almeida e Moreira, 2012, p.2);
- XXIX. “O comercio, entre índios e portugueses, os casamentos mistos e o uso da lingua portuguesa entre os índios, tudo com fito de transformá-los em vassalos sem distinção em relação aos demais”;
- XXX. “Para extinguir as aldeias conforme a legislação era necessária considerar o estado de mistura e civilização dos índios” (*ibidem*, p.11 - 15);
- XXXI. “O fluxo de pessoas para e pela cidade, vindas de diversas regiões do Estado e do País, foi constante e se intensificou entre 1950 e 1980, época do *eldorado catarinense*” (Campos, 2013, p. 150);
- XXXII. “Esta segregação racial, social e econômica, explicitada na própria configuração do espaço urbano em suas áreas de confinamento e interação permitiu a constituição da etnicidade dos negros do Porto de trás” (Couto, 2011);
- XXXIII. “A vidência dos fatos observados nos conduz a constatação de que os moradores do Porto de trás vêm cumprindo a trajetória de constituição de uma etnicidade própria” (*ibidem*, p.28).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se nesta análise é que a etnicidade, tem produzido argumentos fundamentais, em prol dos grupos étnicos, excluídos e marginalizados socialmente, que desejaram encaminhar suas reivindicações e enfrentar a resistência do grupo dominante, com objetivos de resgatar um passado histórico e afirmar sua identidade étnica.

Fica evidente importância da luta que, os grupos étnicos de Criciúma, SC, Itacararé BA, assim, como no Rio de Janeiro e Espírito Santo, foi possível perceber o grau de conscientização desses grupos, para o desenvolvimento socioeconômico e conservação local, no que se refere ao enfrentamento na busca por reconhecimento, na condição de imigrantes, condição, tal que lutaram e criaram a festa do centenário e monumento do imigrante no Brasil, em Criciúma, SC.

Os conflitos envolvendo os índios e os moradores do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, tem sua origem nas questões agrárias em que envolve a posse da terra, o que garantiu aos índios o reconhecimento de sua identidade étnica. Já os afrodescendentes do Porto de trás, na cidade de



Itacararé, Bahia. Lutaram em busca de sua afirmação, tendo o lugar, como a sua identidade étnica local. A etnicidade quando ancorado no grupo étnico se fortalece, quando centrada no indivíduo é fragilizada, por que não conta como o todo e sim na parte, o individuo.

É oportuno enfatizar, que a etnicidade não encontra guarida em solo estrangeiro, podendo ser interpretado às vezes como um perigo iminente. O caso do brasileiro, mineiro, Jean Charles de Menezes falecido “em 22 de julho de 2005, em Londres capital da Inglaterra”, reflete a fragilidade do indivíduo, desconhecido e quando não possui uma relação de identidade com o local de residência. Acrescente-se o fato de ser “imigrante, latino e indocumentado”, sua etnicidade, não pode ser invocada e sua identidade, ao contrário é vista como uma ameaça.

Pode-se inferir que a etnicidade enquanto um processo político tem enfrentado fortes resistências, dos grupos dominantes nacionais. O que ficou evidente no resultado dos pesquisadores é que a etnicidade, mesmo no enfrentamento a um rígido processo de resistência por parte do grupo dominante, mantém sua convicção ao ponto de não esmorecer, quando enfrenta os mais variados e desfavoráveis argumentos políticos.

O Congresso Nacional, em 19 de abril de 2017 aprovou a nova Lei de Migração (PLS 288/2013). No discurso dos parlamentares que são contrários, os argumentos são semelhantes ao do período colonial, quando foram criados os advérbios e adjetivos de “pouco, misturados e civilizados” como justificativa para a extinção das aldeias indígenas, atualmente o discurso aponta o fechamento das fronteiras, sendo os territórios indígenas, vistos como porta de “entrada, para narcotraficantes, terroristas e guerrilheiros” palavras do Senador Ronaldo Caiado (Jornal do Senado, 2017, p.3).

O discurso do Senador, não surpreende, uma vez que aquele senhor é o legítimo representante e defensor da bancada ruralista, cujo interesse é expandir a área para o agronegócio, as quais estão sendo ocupadas por comunidades indígenas. E as terras indígenas são o principal foco daquela bancada. E como sempre, quando se trata da questão camponesa e principalmente os indígenas, se os índios estiverem na condição de aliado, o discurso é protecionista, chegando expressar termos como “os nossos índios”.

Contudo, se tais indivíduos estiverem na condição de resistente e opositor, ao que se denomina de desenvolvimento econômico, em que envolve o interesse dos grandes grupos, a questão é de Segurança Nacional. Esse jogo não é algo recente, nem tampouco é gestado por aprendizes e sim por um grupo estratégico, que nasceu na Monarquia, passou pelo período Colonial e se instalou na República.

Apesar das estratégias adotadas pelo grupo dominante, cujo fim foi e sempre será: suprimir, reduzir, negar e extinguir direitos sociais, aos indígenas, camponeses e negros, ou seja, as categorias menos favorecidas. Os resultados, em geral foram exitosos.



Então algumas reflexões se fazem necessário! Sendo a etnicidade um instrumento político, sendo capaz de poder levantar uma bandeira de luta, em prol de grupos étnicos e assegurar o reconhecimento de sua identidade e conquistas de direitos, parece haver pouco interesse acadêmico! Quando já superamos quatro décadas de lutas em que se busca o básico e fundamental, que é o direito de uma habitação própria, a posse e o usufruto da terra, para seja possível uma vida com o mínimo de dignidade humana.

Como ficou demonstrado as conquistas dos grupos étnicos, pode-se dizer que é ínfima parcela dessa sociedade, diante uma vasta população marginalizada socialmente. Contudo, essas ínfimas conquistas demonstraram, que pode ser o indício de que as conquistas sociais e assim podem caminhar para superar a descrença, segundo a tese de Darcy Ribeiro (1983, p.114), de que “não atingiriam graus mínimos de consciência, para o exercício do papel de cidadão ou rebelião contra o sistema”. Em se tratando de dinâmicas sociais, parece ser uma audácia demasiada, proferir sentenças afirmativas ou negativas.

As conquistas apresentadas neste trabalho nos remete a tese de que em se tratando das dinâmicas sociais haverá possibilidade de dúvida. Seria possível emergir novos grupos étnicos, com novas demandas sociais e estratégias definidas, a partir de tais conquistas?

As conquista alcançadas pelos grupos étnicos, no Sul, Sudeste e Nordeste são constituintes de um processo que em certos casos pode haver conquista sociais. Mas essas conquistas sócias representam um indício de mudança de pensamento político, no sentido de garantia de direitos?



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, MRC e MOREIRA, VML. Índios, Moradores e Câmaras Municipais: etnicidade e conflitos agrários no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. *Mundo agrário*, vol. 13, nº 25, 2012. ISSN 1515- 5994. Disponível em <http://www.Periódicos.capes.gov.br> , acesso em 11/04/2017.

ASSIS, G de O. De Gonzaga para Londres: etnicidade e preconceito na história de Jean Charles de Menezes. *Conflueze*, vol. 3, nº 1, 2011.p. 174 – 187. Disponível em <http://www.Periódicos.capes.gov.br> , acesso em 11/04/2017.

BRASIL, Congresso Nacional, Jornal do Senado Federal, Ano XXIII, nº 4.681, Brasília, DF, disponível: www.senado.leg.br/jornal, acesso em: 19/04/2017.

BRISSAC, S. CAPONE, Estefânia. Os Yorubá do Novo Mundo: religião, etnicidade e nacionalismo negro nos Estados Unidos, p.594 – 598. *Mana*. Vol, 18, nº 3, 2012. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br> , acesso em 11/04/2017.

CAMPOS, E. C. Comemorações num (in) certo eldorado: etnicidade e festas no sul do Brasil (1980-2002), vol.6, nº 11, p 149 – 168, *Antiteses*, 2013, disponível em: <http://www.uel.br/revistas/antiteses> acesso em 11/04/2017.

COORDENAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - Capes periódico, disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br>, acesso 19/04/2017.

COUTO, PAB. Porto de trás: etnicidade, turismo e patrimonialização. *Pasos. Revista de Turismo y patrimonio cultural*, v. 9 (3) p. 19-30, 2011. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br> , acesso em 11/04/2017.

DE BRITO, V.G & VERAS, MFP. Artigo 4: Identidade Étnica: A dimensão política de um processo de reconhecimento. *Antropos, revista de Antropologia*, ano 4, volume 5, 2012. Disponível em: <http://revista.antropos.com.br/downloads/maio2012/Artigo4-IdentidadeEtnica.pdf>, em 17/04/17. Disponível em: <<http://dicionarioportugues.org/pt/etnicidade>, acesso em 11/04/2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>, acesso em 17/04/17

DUVIGNAUD, J. Microssociologia e reforma de expressão do imaginário social. *Revista da Faculdade de Educação*, vol. 12, nº 1-2 (1986).
<http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33374/36112>, acesso em 17/04/17.

GRAMSCI, A. PODER, POLÍTICA E PARTIDO. 2ª edição, Editora Expressão Popular, Emir Sader (org.). Tradução Eliana Aguiar, São Paulo, 2012.

GUERRA, L.H. Memória e etnicidade no Quilombo Ilê Axé Oyá Menguê. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, vol. 47, nº 3, p. 284- 291, 2011. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br> , acesso em 11/04/2017.

LUVIZOTTO, C.K. Etnicidade e identidade étnica. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul [online]*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p.28-36. Disponível Scielo Books <<http://books.scielo.org>>, acesso em: 26/04/2017.

ORO, A.P. Os Yorubá do Novo Mundo: religião, etnicidade e nacionalismo negro nos Estados Unidos, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n 37, p. 395- 398, 2012. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br> , acesso em 11/04/2017.



PEDDES, V. SANTOS, e NUNES, M.F. Política, religião e etnicidade: relações e deslocamentos de fronteiras. Revista Sociedade e Estado, vol. 26, nº 2, 2011, p. 277 – 300. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br>, acesso em 11/04/2017.

RIBEIRO, Darcy. O Dilema da América Latina. Estruturas de poder e forças insurgentes. 3^a edição, Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1983.

SIMÔES, J.A. Entre percursos e discursos identitários: etnicidade, classe e gênero na cultura hip – hop. Estudos Feministas, Florianópolis, vol 21, nº 1, p107- 128. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br>, acesso em 11/04/2017.

VILLAR, D. Uma abordagem crítica do conceito de "etnicidade" na obra de Fredrik Barth* Mana vol.10 no. 1 Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000100006, acesso em 11/04/2017.

WEBER, R. Educação, Etnicidade e Movimentos Sociais, Reflexão & Ação, vol. 18,nº 1 2010. P. 274 – 277. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br>, acesso em 11/04/2017.

